

ACTA Nº. 1/2019

Aos vinte e três dias do mês de Março do ano 2019, pelas quinze horas, na sede de Inválidos do Comércio (IC), reuniu em segunda convocação a Assembleia-Geral (AG) dos Associados, convocada regularmente nos termos estatutários.

A Mesa da AG foi constituída por Bruno Filipe Esteves Medina Rôlo (sócio nº. 20699) como Presidente, João Eduardo Augusto Paulo (sócio. 22766) como Vice-Presidente e Humberto Rui Ramos Moreira (sócio nº. 20291) como Secretário.

A Ordem de Trabalhos (OT) continha os seguintes pontos:

1. Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direcção e o respectivo Parecer do Conselho Fiscal, relativamente ao exercício de 2018;
2. Informações.

No início da AG, antes da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou um requerimento entregue à Mesa pelo sócio João Manuel Carvalho Quintas, (sócio nº. 6106) que se encontra arquivado em pasta própria e faz parte integrante da presente acta, no sentido de considerar aprovada a redacção da acta, elaborada com base na gravação efectuada no decurso da sessão. Foi o mesmo posto à votação, tendo sido aprovado por maioria dos associados presentes por 115 votos a favor, 1 contra e 0 abstenções. Estavam presentes na sala 130 associados.

Em seguida o Presidente da Mesa fez notar que os documentos constantes da ordem de trabalhos que iriam ser postos à votação nesta Assembleia, estiveram à disposição dos associados nos 2 dias seguintes à data da convocatória e que igualmente tinha sido possível obtê-los por e-mail se fossem solicitados ao Secretariado.

Entrando no Ponto 1 foi dada a palavra ao Presidente da Direcção, João Matos Bernardino que apresentou com o auxílio de *PowerPoint*, o Relatório e Contas de 2018 começando pelo resumo da actividade desenvolvida onde salientou a melhoria das condições de vida dos utentes da Instituição, a recuperação do património e do seu rendimento, a aquisição de equipamentos, a reorganização de serviços e a admissão de trabalhadores. Também, como incentivo aos trabalhadores, foi dada formação adequada, um vencimento mínimo de 600,00 € e foram atribuídos prémios em função da avaliação do desempenho. Apresentou os números referentes aos utentes que no final do ano eram 322, sendo na Estrutura Residencial para Idosos/Lar 279, correspondendo a 206 mulheres e 73 homens, e na valência Residência Assistida 43 utentes, sendo 23 homens e 20 mulheres.

Na análise por áreas, salientou o Presidente que as Actividades Recreativas e Culturais foram preenchidas com sessões de cinema, passeios, espectáculos de animação, chá dançante mensal, arraial dos Santos Populares, Baile de Carnaval, formação, na sala Informática, magusto, etc... Prosseguiu com o Serviço de Apoio a Dependentes (SAD) como sendo um dos mais sensíveis e vulneráveis da Instituição, onde foi preciso dotar a equipa com mais meios técnicos e humanos para melhorar a prestação de cuidados, nomeadamente mais um médico, em funções de supervisão e o reforço da equipa de enfermagem. Ainda, neste Serviço, instalou-se uma rede de gases medicinais e de aspiração de secreções, assim como um sistema de ar condicionado no refeitório e a remodelação das casas de banho do SAD e da Ala Ricardo Covões. Aumentou-se as possibilidades de transporte

com a aquisição de uma ambulância dotada dos equipamentos adequados. Devido ao incremento de utilização, foi necessário dar especial atenção à Fisioterapia, que serviu 212 utentes, onde se promoveram ações de formação para Trabalhadores Auxiliares. A Farmácia viu ampliada as suas instalações, a contratação de mais uma farmacêutica, e a instalação de novo programa de gestão de medicamentos. A Creche, com 75 crianças, tem prestado um serviço de qualidade excepcional, em harmonia com os familiares.

A contagem actual de sócios é de 9043, considerando-se que o sítio da Internet tem contribuído positivamente para este valor. A qualificação dos trabalhadores teve especial atenção com 38 acções num total de 1334 horas a 185 formandos. Também, se acolheram estagiários de 9 escolas, 53 alunos que completaram 1841 horas de estágio.

Com as obras nas instalações da Casa de Repouso Alexandre Ferreira/CRAF, na Possidónio da Silva e nos imóveis de investimento gastou-se um total de 712.749 €, dos quais 179.640 € em imóveis de rendimento. Foram assinados 27 novos contractos de arrendamento que quase duplicou o rendimento mensal de 6.066 € para 11.822 €. Apresentou o Presidente da Direcção um quadro e um gráfico que evidenciava que no ano 2014, as rendas valiam 770.929,00 € e no ano 2018, passaram para 1.556.666,44 €, praticamente o dobro. Acrescentou, ainda, que os incobráveis baixaram neste período de 67.885,00 € para 25.926,00 €. Na área da Manutenção as intervenções foram várias, quer internamente quer nos imóveis de rendimento, em função do estado de degradação, salientando-se 71 e 87 imóveis, em 2017 e 2018, respectivamente. Também, o Sector de Informática ampliou a sua actividade com mais meios à sua responsabilidade.

O Resultado Económico/Financeiro é positivo em 4.333.748 €, onde o total dos rendimentos e ganhos é de 10.982.538 €. As mais-valias geradas pela venda de património imobiliário são de 4.540.654€. As mensalidades tiveram um valor de 2.503.277 €, os subsídios estatais de 1.517.829 € e as rendas 1.558.699 €. Os gastos totais no exercício de 2018, foram de 6.648.790 €.

Terminou o Presidente da Direcção a intervenção com um voto de agradecimento a todas as entidades coparticipantes, aos sócios e aos trabalhadores de IC.

Posto este ponto à discussão, inscreveu-se o sócio Orlando Brogueira Rôlo (sócio nº 19371) para um esclarecimento notando que o passivo era superior ao activo. Também, referiu a relação entre a assiduidade e a pontualidade, o desempenho e os salários dos trabalhadores, como um ponto que considerava relevante. Terminou agradecendo à Direcção o trabalho desenvolvido.

Falou a seguir o sócio Manuel Augusto Martins (sócio nº 20735) que considerava que as quotas podem ser caras para alguns sócios, acrescentando que estava de acordo com o Relatório e Contas de 2018, dando, também, os parabéns à Direcção. Salientou, ainda, a importância de que toda a documentação em análise nas AG's estivesse disponível no site para consulta.

Interveio o sócio Vitor Manuel Vozzone Damião (sócio nº 20325) dizendo que o exercício de 2018 não teve lucro mas um prejuízo de 200 mil euros. Evocou que havia a orientação de que os valores da alienação não deveriam ser empregues na gestão corrente. Considerou o facto de haver cerca de 30 trabalhadores temporários como um impedimento à organização de boas equipas permanentes devido à rotatividade. Sugeriu que se pagassem melhores salários para se dispor de mais recursos humanos e que se abrisse a sala de formação que, alegadamente, estaria fechada. Quis, também, saber qual o valor por refeição e qual o valor global, argumentando que a alimentação estava cada

vez pior. Relativamente ao incremento do valor das rendas recebidas considerou como normal dado que elas aumentaram muito.

O sócio Alberto Pereira da Costa (sócio nº 19 281) considerava que se dava preferência ao aluguer às imobiliárias em detrimento dos sócios. Nomeadamente, ele próprio em candidatura ao arrendamento.

A sócia Georgina do Carmo Loureiro Fernandes Rocha (sócia nº 13 672) comentou que em 2001 a Direcção era melhor que a actual, dado que esta mudou a empresa fornecedora do refeitório e agora a alimentação era má e a comida estava cada vez pior, embora acrescentasse que pessoalmente não sabia porque não comia no refeitório, mas sabia por outras pessoas.

Interveio o sócio Manuel Conceição Ferreira (sócio nº 20 314) lembrando que a Instituição não tinha por objectivo os lucros mas o benefício dos sócios, portanto, o facto de ter havido prejuízo no exercício de 2018 não era relevante. Salientou que antigamente havia imparidades (perdas) na ordem dos 500 mil euros e até se disponibilizavam, em condições duvidosas e com prejuízo para a Instituição, casas aos funcionários/sócios, mas isso em boa hora tinha acabado.

José Santos Nogueira Serra (sócio nº 6 476) interveio para manifestar o seu desagrado pelo ambiente criado na assembleia quando nota que cada um puxa para seu lado, mesmo com o sentido de proporcionar o bem-estar aos utentes. Referiu que no relatório se afirmava que se auscultavam os utentes e trabalhadores sobre a actividade desenvolvida, propondo que a mesma fosse extensiva aos Associados. Dado que a massa associativa estava em queda, sugeria que houvesse mais divulgação e que se poderia considerar a existência de quotas vitalícias, por exemplo para dez anos, em vez de se pagar todos os anos. Salientou que a notoriedade de Inválidos do Comércio estava a perder-se e que a comunicação com o exterior sobre a atividade exercida era escassa.

Para responder às questões sobre os trabalhadores, interveio o Vice-Presidente Francisco Mário Cavalheiro (sócio nº. 20 761) que referiu os cinco critérios usados na avaliação dos Recursos Humanos e mais um para as chefias directas. No fim, a Direcção calibra as avaliações. Havendo reclamações existe o recurso para uma comissão paritária para resolver os diferendos. Mencionou que a maioria dos trabalhadores teve um prémio de 400€ e 500€. Apenas, ficara excluído deste processo cerca de 15% do pessoal, por incumprimento dos requisitos mínimos. Referiu que o salário mínimo em 2018, foi de 600€, mas houve, no entanto, outros aumentos para quem ganhava valores próximos dos 600€ para manter as diferenças. Comentou, ainda, que o sócio Vítor Damião, ex-Presidente da Direcção anterior, não tinha efectuado qualquer aumento no ano precedente (2017). Em 2019, o salário mínimo passou para 635€, mas os trabalhadores com desempenho médio terão um acréscimo de 15€ e os de bom de 25€. Lembrou que sempre houve falta de recursos humanos mas, para minimizar o problema da falta de candidaturas, contratou-se uma empresa que faz uma pré-selecção e a Direcção, com base numa entrevista, faz a selecção final. Esclareceu que a sala de Formação não estava fechada e que até se realizaram várias ações de formação muito participadas. Foram realizadas obras em vários edifícios, nos quartos, na farmácia, nas casas de banho, no estacionamento da Possidónio da Silva, nos jardins, etc...

A Directora Antónia Cruz Silva Figueiredo (sócia nº. 20 233) esclareceu que a maioria dos trabalhadores precários são os enfermeiros, a pedido dos próprios, visto que já têm outros vínculos laborais que não querem perder, pelo que infelizmente não os conseguimos ter a tempo inteiro, mas somente a tempo parcial para colmatar as lacunas e assegurar a prestação dos serviços de enfermagem.



A Directora Teresa Maria dos Reis Roque (sócia nº. 20 651) sublinhou que as mais valias do património expressas no relatório se devem ao facto de este estar registado nas cadernetas prediais por valores muito baixos e, sendo actualizado, esse valor fica substancialmente mais elevado. Quanto ao refeitório, foi realizado um novo concurso e o contrato entrou em vigor em 1/2/2019. Para acompanhar a qualidade das refeições também se contratou um nutricionista. Quanto aos valores dos arrendamentos do património imobiliário, de acordo com a Lei que regula as IPSS, é vedado o aluguer abaixo do valor de mercado. Relembrou, que o objecto principal de Inválidos do Comércio é cuidar dos sócios e garantir os meios necessários para se concretizar este objetivo.

Seguiu-se a intervenção do Presidente do Conselho Fiscal, João Filipe Gonçalves Pinto (sócio nº. 24 584), para salientar que acompanhou as actividades de 2018, em permanência, notando o esforço que foi desenvolvido no sentido da clara melhoria da qualidade de vida dos utentes e dos recursos humanos, o que foi complementado com a substituição/manutenção dos equipamentos e das infra-estruturas. Realçou, ainda, que o resultado da exploração corrente foi de menos 200 mil euros mas havendo uma mais-valia de 4,5 milhões de euros, pelo que o resultado final líquido era positivo de 4,3 milhões de euros, aproximadamente. Concluiu propondo um voto de louvor à Direcção.

Não havendo mais inscrições, procedeu-se à votação do Relatório e Contas tendo sido aprovado com 104 votos a favor, 8 contra, 5 abstenções, estando presentes na sala 127 sócios.

No ponto 2 da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia fez uma recomendação à Direcção para que, de acordo com as possibilidades, se apoiassem as vítimas das cheias em Moçambique. Esta recomendação foi aprovada com 118 a favor, 0 contra, 3 abstenções estando presentes 127 sócios. Tomando a palavra, a Directora Teresa Roque esclareceu que já estava em curso uma acção neste sentido e que os bens, roupas, na sua quase totalidade, seriam entregues à Cruz Vermelha Portuguesa.

Proseguiram os trabalhos com a apresentação, pelo Presidente da Mesa, de um poema emoldurado, oferta do sócio António Luís Correia Nogueira (sócio nº. 24 480), que não podendo estar presente, solicitou que tal fosse referido na Assembleia Geral.

Solicitou a seguir, o Presidente da Direcção, autorização para prestar um esclarecimento à Assembleia acerca de um programa de televisão que visava o bom nome dos Inválidos, o que foi concedido.

O Presidente da Direcção passou então a apresentar o comunicado que se transcreve a seguir:

“Assunto - Campanha difamatória numa estação de Televisão.

Caros Associados, permitam-me que em nome da Direcção, lamentando profundamente a acção de que fomos alvo, dar-vos nota do que aconteceu recentemente com uma insidiosa campanha televisiva, sendo nossa obrigação defender Inválidos do Comércio, de todos os ataques e campanhas maldosas, e que neste caso, infelizmente, contou com a colaboração de associados nossos.

Foram acções insidiosas, falsas e manipuladoras, atingindo o bom nome da nossa Instituição e de todos nós.

As três reportagens emitidas por aquela estação de televisão, sugerem que Inválidos do Comércio despejaram inquilinos seus para afectar prédios a alojamento local, que fazemos especulação imobiliária e tratamos mal idosos. Nada mais falso e calunioso.



Com efeito, o grande objectivo de Inválidos do Comércio é apoiar os seus 330 idosos em Lar e residências, as 79 crianças da Creche com um profundo empenho dos nossos quase 300 trabalhadores.

Recebemos da Segurança Social, face ao protocolo existente, cerca 1,5 milhões de euros. Os nossos custos reais de funcionamento, como acabámos de ver no relatório e contas de 2018 ascendem a 5,4 milhões, a diferença é coberta pelas receitas da Instituição, onde se inclui o rendimento do nosso património e as mensalidades dos Utentes.

Maldosamente a peça apenas referiu, com assinte, o milhão e meio de Euros que recebemos do Estado.

Ora o nosso património de rendimento é para o bem-estar dos nossos idosos e não para beneficiar seja outrem quem for.

Nas peças montadas pela estação de televisão, o prédio mencionado, e situado na Av. de Roma é propriedade da Fundação Laura Artiaga, também uma IPSS, cuja gestão é feita por membros da Direcção de IC, mas não é de Inválidos do Comércio.

Apesar disso, podemos adiantar aqui que o referido prédio foi em Outubro de 2016, arrendado globalmente à Sociedade Partilha Freqüente, Lda., por um prazo de 15 anos, cabendo a esta todos os direitos e deveres que a lei confere ao arrendatário designadamente o subarrendamento.

IC ou a referida Fundação não autorizaram quaisquer obras que pudessem alterar a estrutura do prédio, embora tenham sido autorizadas obras internas de melhoramento do imóvel, desde que fossem obtidas as necessárias autorizações por parte dos organismos competentes.

Todas as negociações e formalização do contracto de arrendamento com a empresa arrendatária ocorreram com a anterior Direcção de IC e, designadamente, com a intervenção do anterior presidente da Direcção e por inerência, administrador da Fundação, que subscreveu o contracto de arrendamento donde emerge a questão.

Todas as decisões do conselho de administração da Fundação, nomeadamente as de arrendamento, foram tomadas em reunião desse órgão directivo, não tendo sido aprovado qualquer contracto, apenas pelo então Vice-Presidente Manuel Ferreira como é falsamente referido na peça em apreço.

Por outro lado, a idosa que é apresentada na peça não é inquilina do prédio, mas sim outra pessoa que aparece de perfil e com quem foi celebrado contrato temporário em 2009 por 5 anos, ao abrigo do NRAU/Novo Regime de Arrendamento Urbano, tendo já sido renovado uma vez.

Assim, e sendo certo que IC procura rentabilizar o seu património imobiliário, com vista à obtenção de receitas que possam suportar os seus custos de funcionamento e o cumprimento do seu objecto estatutariamente definido, não é verdade que tenha celebrado contracto para alojamento local deste edifício, embora o permita, o que aliás não é ilegal ou sequer imoral, ou que esteja a despejar idosos para esses fins.

A Direcção está a analisar em toda a profundidade as consequências destas peças, com a responsabilização judicial de pessoas e Entidades, que desde já responsabiliza por prejuízos causados à nossa Instituição.

A Direcção garante aos Associados, aos nossos Utentes e aos Trabalhadores que continuará a gerir a Instituição com seriedade, com rigor e com dedicação e defenderá Inválidos do Comércio de todas as tentativas de ataque ao seu bom nome e valores, usando todos os meios ao seu alcance.”

Terminou o Presidente da Direcção, seguindo-se a apresentação da proposta de um voto de censura que foi lido pelo Presidente da Mesa com o seguinte conteúdo:

“Proposta de Voto de Censura

Inválidos do Comércio foi alvo de uma campanha promovida pela TVI baseada em mentiras pondo em causa o bom nome da Instituição.

A Direcção publicou oportunamente dois comunicados, dirigidos à imprensa e aos sócios, em que esclareceu e repôs a verdade relativamente às calúnias produzidas naquelas peças televisivas.

Assim, propomos à Assembleia um voto de censura a toda esta campanha em que, infelizmente, participaram sócios da Instituição, um dos quais com responsabilidades acrescidas.

Inválidos do Comércio comemora 90 anos com a certeza que o legado dos seus Fundadores será prosseguido e não serão campanhas como esta que nos vão impedir de continuarmos esse objectivo.

Lisboa, 23 de Março de 2019

A Direcção”

Abertas as inscrições para a discussão desta proposta de censura, falou o sócio Vitor Damião (sócio nº 20 325) para afirmar que estava à vontade para dizer o que quisesse e podia provar o que dizia.

Em seguida falou o sócio Manuel Ferreira (sócio nº 20 314) que afirmou estar de acordo com a posição da Direcção relativamente ao voto de censura. Comentou que o anterior Presidente Vitor Damião tinha assinado o contracto em questão e que a arrendatária era a Dra. Anabela e não a senhora idosa mencionada, propondo que estes dois associados fossem incluídos nominalmente no voto de censura.

A seguir falou a sócia Noémia Maria Neves Summavielle Freitas (sócia nº 20 908) para dizer que não era possível concluir que a TVI tivesse feito um ataque aos Inválidos do Comércio. Afirmou, ainda, que o negócio do arrendamento do património pode pôr este em risco, se houver alguma desvalorização das casas.

Tomou a palavra o sócio Manuel Augusto Fonseca Martins (sócio nº 20 735) para dar os parabéns à Direcção e recomendar que desenvolva todas as iniciativas para afirmar o bom nome da Instituição.

Interveio o sócio Bernardino Margarido Rodrigues (sócio nº 20 841) para perguntar ao Presidente da Mesa quais foram as acções desenvolvidas pela Direcção.

Seguiu-se o sócio Manuel Batista Figueiredo (sócio nº 20 232) para comentar que havia dois factos que deviam ser salientados: primeiro, que os acontecimentos ocorreram durante a Direcção anterior, presidida pelo sócio Vítor Damião, e segundo, que o contracto não se refere a Inválidos do Comércio, mas à Fundação Laura Artiaga. É óbvio que TVI fez uma campanha contra nós, a Instituição, os sócios, os trabalhadores, etc..., podendo assim concluir-se que a utilização de uma idosa foi feita com má-fé.

O património tem um rendimento de 1,5 milhões de euros posto ao serviço da solidariedade. Se houver baixa de rendimentos, terá a Direcção da altura de encontrar solução para o problema. Estava, portanto, de acordo com o voto de censura apresentado pela Direcção.

Como resposta a algumas dúvidas, esclareceu o Presidente da Mesa que havia acções judiciais em curso. Acrescentou, ainda, que não era possível nomear as pessoas envolvidas no texto do voto de censura, tal como havia sido sugerido, porque implicava uma votação por voto secreto.

Não havendo mais inscrições, procedeu-se à votação tendo sido aprovado o voto de censura com 81 votos a favor, 11 contra, 1 abstenção com 98 sócios presentes na sala.

O Presidente da Mesa abriu inscrições para apresentação de mais informações, tal como estava previsto no ponto 2 da ordem de trabalhos, tendo-se inscrito o sócio Manuel Martins (sócio nº 20735) para salientar que a mulher estava há 4 anos na Instituição e ultimamente já mudara quatro vezes de quarto, tendo dado por falta de alguma roupa. Também, lamentava que o jardim não estivesse em melhores condições e estava disponível para ajudar dado que tem uma empresa nessa área.

Respondeu o Presidente da Direcção, saudando o sócio pelo facto de se oferecer para ajudar. Também, sublinhou que iria saber o que se passara com a referida utente.

Acrescentou, para informar, que o processo final de licenciamento das obras da 5ª. Fase estava em estado adiantado, mas que pelo facto de se ter aumentado a área de construção, a CML tinha exigido mais cerca de 70 mil euros que a Direcção tentava contestar. Concluiu a intervenção dizendo que partir de 15/3 iria avançar a construção das residências provisórias de substituição.

Não havendo mais inscrições, o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral agradeceu aos sócios presentes a sua colaboração e deu por concluídos os trabalhos pelas 18:10 h, dos quais se lavrou a presente acta que vai ser assinada.

O Presidente:

Bruno Filipe Esteves Medina Rôlo

O Vice-Presidente:

João Eduardo Augusto Paulo

O Secretário:

Humberto Rui Ramos Moreira